

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.355.608 - TO (2018/0225363-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : VERA LÚCIA JOSEFA DE MORAES
ADVOGADOS : CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO - TO001555
BENEDITO DOS SANTOS GONÇALVES - TO000618
AGRAVADO : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORES : SÉRGIO RODRIGO DO VALE - TO000547
NIVAIR VIEIRA BORGES - TO001017
DRAENE PEREIRA DE ARAÚJO SANTOS - TO004122
NÁDJA CAVALCANTE RODRIGUES DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - TO004331

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO NO PERÍODO ANTERIOR À APOSENTADORIA. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS NÃO IMPUGNADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 486):

APELAÇÃO CÍVEL. ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO. PERÍODO ANTERIOR À APOSENTADORIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Conforme consta dos autos o período desconsiderado no precatório é anterior à sua aposentadoria, não fazendo jus ao recebimento dos valores referentes a esse período. 2. A Apelante não se desincumbiu do ônus de comprovar que o período entre novembro de 1998 a março de 2000, foi objeto da ação principal que originou a formação do precatório.

3. Restou acertada a sentença diante do caso concreto, tendo em conta que a Apelante não se desincumbiu de demonstrar fato constitutivo do seu direito, nos termos do disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

4. Recurso conhecido e improvido.

Nas razões do recurso especial, interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, a agravante aponta violação dos arts. 373, 374 e 376, do Código de Processo Civil/2015; 5º, XXXVI, da Constituição Federal; e 2º e 6º, § 1º, da

LINDB. Sustenta, em síntese, que "deve ser respeitados o direito adquirido, bem como, a generalidade da lei e a ausência de caráter *pro labore faciendo*, uma vez, que o pagamento é de forma indistinta **a todos os servidores fiscais da ativa e aqueles afastados para exercício de mandato classista como está demonstrada de forma inequívoca na fórmula de cálculo do REDAF**" (e-STJ fl. 506, grifos no original).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 538-545).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 570-573).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência pertence ao Supremo Tribunal Federal. Por tal motivo, não se conhece do apelo especial no tocante à alegação de ofensa aos artigos da Constituição Federal de 1988.

Quanto à questão do direito adquirido, nos termos da jurisprudência desta Corte, é inviável o conhecimento do recurso especial por violação do art. 6º da LINDB, uma vez que os princípios contidos na Lei de Introdução ao Código Civil - direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada -, apesar de previstos em norma infraconstitucional, são institutos de natureza eminentemente constitucional (art. 5º, XXXVI, da CF/1988).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ART. 5º DA LINDB. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PRINCÍPIOS PREVISTOS NO ART. 6º DA LINDB. DIREITO ADQUIRIDO. NATUREZA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

[...]

2. A alegação de afronta ao art. 5º da LINDB, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo. Incide a Súmula 211/STJ porque, para que se tenha por atendido o requisito do prequestionamento, é indispensável também a emissão de juízo de valor sobre a matéria.

3. **É pacífica a orientação do STJ no sentido de que os princípios contidos na Lei de Introdução ao Código Civil (LINDB) - direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada -, apesar de previstos em norma infraconstitucional, não podem ser analisados em Recurso Especial, pois são institutos de natureza eminentemente constitucional.**

4. A demanda foi dirimida no acórdão recorrido com base em Direito local (Leis Estaduais 1.386/1951, 4.819/1958, 200/1974 e 6.629/1989, fls. 283-286, e-STJ). Logo, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, em face da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

[...]

6. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1727055/SP, Rel. Ministro

Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25/5/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

8. O STJ é uníssono, ao assentar não ser da sua competência analisar a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) em sede de recurso especial, em virtude desse diploma ostentar norma de cunho constitucional. Precedentes.

[...]

(AgRg no AREsp 338.744/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/11/2016)

No tocante aos demais dispositivos legais apontados pela recorrente como tendo sido violados, o Tribunal de origem, ao julgar a apelação, assim se manifestou sobre a pretensão da autora (e-STJ fls. 482-483):

Conforme relatado, a Apelante busca anular a decisão passada no Precatório de Natureza Alimentícia n.º 5001538-84.2012.827.0000, que desconsiderou o período de novembro de 1998 (data inicial da redução) a fevereiro de 200 (data da publicação da aposentadoria) do cálculo para a formação do precatório.

O inconformismo da Apelante não merece prosperar, porque conforme consta dos autos o período desconsiderado no precatório é anterior à sua aposentadoria, não fazendo jus ao recebimento dos valores referentes a esse período.

Não há qualquer reparo a se fazer na sentença de improcedência, quanto ao mérito da demanda, conforme afirmou o Magistrado de primeiro grau, *in verbis*:

“Deste modo, a Decisão que excluiu da formação do precatório o período anterior a aposentadoria da requerente, entendeu que se incluísse nos respectivos cálculos as parcelas referentes a períodos anteriores à aposentadoria da requerente, contemplaria algo que não fora objeto da demanda originária e nem determinado no respectivo acórdão (evento 47 - autos 5001538-84.2012.827.0000).

Assim, após a análise do histórico processual que culminou com a formação do precatório, verifico que o ato que a Autora pretende anular foi acertado, não havendo que se incluir nos cálculos períodos pretéritos ao da Aposentadoria da Demandante, visto que não eram objeto da ação principal.”

No presente caso, a Apelante não se desincumbiu do ônus de comprovar que o período entre novembro de 1998 a março de 2000, foi objeto da ação principal que originou a formação do precatório.

Assim, entendo que restou acertada a sentença diante do caso concreto, tendo em conta que a Apelante não se desincumbiu de demonstrar fato constitutivo do seu direito, nos termos do disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Nesta senda, não há que se falar em desacerto da sentença atacada quanto à análise da discricionariedade do administrador, inexistindo qualquer ilegalidade ou ato capaz de gerar a nulidade do processo administrativo.

A recorrente não enfrenta especificamente referida fundamentação do acórdão recorrido, a qual se remanesce incólume por falta de impugnação específica, mantendo o resultado do julgado e tornando inadmissível o recurso que não a impugnou. Incidência da Súmula 283/STF.

Ademais, verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de que houve supressão do direito adquirido demanda alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço do agravo** para **não conhecer** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator